

Política

CONSTITUINTE

Poucos políticos na reunião para estruturar o "Centro Democrático"

por Cecília Pires de Brasília

Com uma presença inexpressiva para um grupo que afirma agregar hoje cerca de 120 deputados, o Centro Democrático reuniu-se ontem, na Câmara, representado por 42 parlamentares, para anunciar sua instituição como grupo organizado, dentro do PMDB. Na abertura da reunião, um de seus principais articuladores, o deputado Expedito Machado (PMDB-CE) leu o "decálogo", uma espécie de dez mandamentos que norteiam o grupo.

Segundo os documentos lidos ontem, o objetivo principal da estruturação do Centro Democrático é reunir as forças políticas de centro na Constituinte para fazer frente ao que chamam de uma "articulação política de radicais".

Apesar da pouca frequência, o Centro Democrático acabou aparando arestas junto a Ulysses Guimarães e ao próprio

líder do governo, Carlos Sant'Anna, que a princípio não viam com bons olhos a criação do grupo.

O próprio Sant'Anna, acompanhado do deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), acabou comparecendo à reunião e fazendo um discurso em favor da unidade. Segundo outro membro do grupo, o deputado Borges da Silveira (PMDB-PR), Sant'Anna estava desconfiado, no início, "que estivéssemos tentando desestabilizá-lo, o que não é verdade". Quanto a Ulysses, com quem Expedito Machado tomou ontem o café da manhã, acabou aceitando a idéia, segundo um dos integrantes do Centro Democrático.

Hoje pela manhã, em nova reunião, os articuladores do Centro Democrático esperam conseguir o que não conseguiram ontem: eleger o conselho consultivo que vai deliberar pelo grupo, se houver número suficiente. Escolherão ainda um coordenador geral e três adjuntos.

Criação do "orçamento social" pode ser incluída no projeto

por Andrew Greenlees de Brasília

O Brasil poderá ter um orçamento específico para a área social, caso esta proposta — que ganha força entre os relatores da Comissão de Sistematização — seja aprovada pelo plenário da Assembleia Nacional Constituinte. A tese do orçamento social deverá ser incluída no novo texto que o relator Bernardo Cabral concluirá até domingo. Segundo o senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB no Senado e relator adjunto da Constituinte, todos os recursos destinados à área social, basicamente Educação, Saúde e Previdência, seriam incluídos neste orçamento específico. O Congresso fixaria anualmente as diretrizes para sua aplicação e a União, posteriormente, enviaria mensagem com a proposta de distribuição orçamentária para ser votada pelos parlamentares, seguindo as linhas predeterminadas pelo Congresso. O mesmo processo de elaboração será adotado para o orçamento monetário e o fiscal (ou da União).

A idéia nasceu das discussões entre os relatores e suas assessorias, além de ministros da área, em torno da questão da seguridade social, um dos temas mais complexos na elaboração da nova Carta. O atual anteprojeto, por exemplo, determina que todos os descontos na folha de pagamento das empresas devam necessariamente ser empregados na seguridade, o que inviabilizaria o salário-educação e a manutenção do Sesi, Senai, Sesc e Senac.

Avaliação de Ulysses

por Edson Beú de Brasília

O presidente da República em exercício, da Constituinte, da Câmara dos Deputados e do PMDB, Ulysses Guimarães, disse ontem, ao contrariar Kal Machado, prefeito de Rio Claro (SP), que não acredita que a tese parlamentarista resista até o fim da Constituinte. Segundo relato do prefeito, o presidente interino está convicto de que a mobilização dos

governadores estaduais sobre suas respectivas bancadas acabará induzindo os constituintes a rejeitarem a proposta do relator Bernardo Cabral, prevalecendo, com isso, o sistema presidencialista, defendido pelo governo.

Ulysses, ainda de acordo com Machado, também vê com ceticismo o voto distrital, sugerido no substitutivo de Cabral. No máximo, a Constituinte aprovará o voto distrital misto, prevê o deputado.

O orçamento social eliminaria este tipo de problema, conforme avaliações dos relatores. Desapareceriam as vinculações e fundos específicos na área social, centralizando-se os recursos neste novo instrumento. Na opinião do senador Fernando Henrique Cardoso, o mecanismo tem ainda a vantagem de se ajustar ao sistema parlamentarista de governo, já que o Congresso teria grande influência nas diretrizes e na aprovação dos planos.

Esquerda pode adiar nova Carta

por Francisca Stella Fagó de Brasília

A nova Constituição poderá não estar concluída até o final deste ano caso o trabalho dos relatores da Comissão de Sistematização da Constituinte não consiga o apoio dos pequenos partidos de esquerda e da ala progressista do PMDB, que, juntos, reúnem cerca de 100 dos 559 constituintes.

Lideranças do PT, do PDT, do PC do B e integrantes do Movimento Unidade Progressista (MUP), a ala esquerda do PMDB, ouvidos ontem por este jornal estão dispostos a lançar mão da obstrução nas votações, uma das poucas, mas eficientes, armas das minorias.

Eles já se articulam contra o trabalho dos relatores, que pejorativamente se chama "Constituinte do Banco do Brasil", porque o deputado Bernardo Cabral, relator da Comissão de Sistematização, decidiu reunir-se com os demais relatores e as lideranças do

PMDB no edifício-sede do Banco do Brasil, e não nas instalações do Congresso.

A começar pelo lugar escolhido pelos relatores, as correntes de esquerda da Constituinte estão descontentes porque só são informadas pela imprensa sobre as decisões do restrito grupo de relatores e não têm gostado do que têm lido nos jornais. A simpatia de Bernardo Cabral pelo projeto "Hércules", que consideram conservador, e a disposição dos relatores de suprimir o que consideraram conquistas importantes dos trabalhos das comissões, como estabilidade no emprego aos noventa dias e jornada de trabalho de quarenta horas semanais, animam as esquerdas a já pensar em estratégias de obstrução.

A seu favor, têm à disposição um conjunto de regras previstas no regimento interno da Constituinte. Para pedir destaque para a votação de emendas no plenário, são necessárias apenas 35 assinaturas. É

possível prolongar indefinidamente as votações com pedidos de destaque.

O deputado Vicente Bogo (RS), do MUP, tem esperança de que o projeto encaminhado ao plenário até o dia 20 de setembro assumirá uma feição mais pro-

A pressão da UDR

por Edson Beú de Brasília

Acompanhado de representantes de dezenove estados, o presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Ronaldo Caiado, levou ontem, ao ministro do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, os protestos da classe contra a proposta que circula na Constituinte, permitindo, sem direito a recurso judicial, imediata imissão de posse das terras desapropriadas pela União para fins de reforma agrária. A saída do Palácio do Planalto, o ruralista encontrou-se com o jurista Miguel Reale Júnior, assessor do presidente da Constituinte, e presidente

da República em exercício, Ulysses Guimarães, em companhia do presidente da OAB, Márcio Bastos, e de alguns parlamentares. Iniciou-se aí, então, uma discussão sobre a legitimidade da proposta em discussão na Constituinte, que obriga a União a pedir ao Judiciário autorização para imitir-se na posse dos imóveis desapropriados e limita em noventa dias o prazo para a Justiça decidir.

Caiado voltou a reclamar que os constituintes estão querendo "destruir o setor produtivo". O jurista retrucou, afirmando, que, como "assessor" do PMDB, não identificava essa intenção entre os correligionários.

FIESP X PMDB

Covas irá responder a Amato sobre a questão da livre iniciativa

por Cecília Pires de Brasília

O líder do PMDB na Constituinte, senador Márcio Covas, vai responder também por escrito ao presidente da FIESP, Mário Amato, que enumerou, em carta, os itens do programa do partido que considera uma ameaça à livre iniciativa. "Amato pinçou algumas de minhas declarações de um contexto, onde o significado era bem mais amplo", reclamou Covas, referindo-se ao fórum informal de empresários, do qual participou, ao lado de Amato e de outros empresários, no início de julho e que motivou a carta.

O líder dá um exemplo: a frase "limitar a liberdade de que desfrutam as empresas multinacionais no País" não significa, segundo Covas, que o partido seja contra o capital estrangeiro puro e simplesmente, como analisou Amato. "Ora, a própria Petrobrás tem capital estrangeiro", afirmou Covas. O líder peemedebista acha ainda que a carta de Amato é uma crítica ao programa do partido, e não a ele próprio.



Mário Covas

"E é preciso mostrar que o PMDB não tem teses radicais, seu programa é absolutamente equilibrado." Covas pretende responder item a item a Amato, também por carta, valendo-se de exemplos colhidos em outros partidos sobre a mesma matéria. Covas soube da carta ontem, ao ler seus principais pontos num jornal paulista. A carta já havia chegado a seu gabinete, mas ele ainda não a recebera de seus assessores.